

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE -PERNAMBUCO

ALCIDES GOMES PEREIRA

Brasileiro, solteiro, autonomo inscrito no CPF sob o nº. 039.242.494-07 Portador da Carteira de SDS/PE com endereço na Rua. da Saudade , nº36, Tejucupapo /Goiana-PE, vem, à presença de Vossa Excelência, infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPV
(PROCEDIMENTO COMUM)
Art.318 NCPC**

Contra **MAFRE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 61074175/0005-61, situada à Av.Domingos Ferraz, Boa Viagem – Recife - PE, CEP. 51021-040, pelo que declara e passa a expor, pelo que declara

PRELIMINARMENTE

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais, sob pena de prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

DO REQUERIMENTO PRELIMINAR- DO CONVÊNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Consoante se observará dos documentos carregados a inicial, pode-se verificar que não há risco de grau de debilidade/incapacidade alegada. Razão pela qual, se pugna pela a realização de perícia médica, para o rol de pedidos.

Em contra partida, considerando o acordo firmado entre o TJ/PE e a Seguradora Líder dos Co de nº 005/2015, restou fixado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), suportados pela parte Demandante Médica, através dos médicos conveniados.

Portanto em consonância com o acordo acima descrito, vem requerer e em sede, preliminar a realização da perícia médica, onde poderá quantificar o grau da debilidade suportada pelo autor, sob pena de lei que rege a matéria em discussão, dando celeridade ao deslinde da lide, como também a possíveis partes, após a realização da referida perícia.

DOS FATOS



01. No dia **08 Fevereiro de 2019**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesão médica fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE** ocorrência e perícia médica, em anexos.

02. Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); com

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreende permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem (...)

b) até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**– no caso de invalidez permanente

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, Sendo pago administrativamente o valor de R\$1.687,50 reais e cinquenta centavos)

04. No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE MEMBRO SUPERIOR** instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, o percentual a ser pago é de 70% (Setenta por cento) de reais) equivale a R\$9.450,00(Nove mil quatrocentos e cinquenta reais) , caberia ao autor receber 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) equivalente aos 10% recebido administrativamente._

DO DIREITO:

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO
Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7.º da Lei 8441/92) **Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo** caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação **por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera o seguro obrigatório, de indenizar**, considerado o disposto no art. 7., parágs. 1. e 2. , da Lei 6194/74 comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituídos do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/12/95 INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de indenização. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92, a seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, o



A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a i empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de pri

06. No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser pos

SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazi
tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da ind

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cober obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A St que a fixação da cobertura do **DPVAT** em salários mínimos não infringe a legislação, p indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem caracteri jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o r afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do **DPVAT** (art. 3º, a, citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 2 **296.675-SP**, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afir ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- -
 - Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei F pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- -
 - A citação da Ré, sendo designada **audiência** devendo, a Requerida, **apresen** pena de revelia;
- -
 - **Que o INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL** seja oficiado para realizar períc designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percen
-



